



GT 16. Antropologia, Saúde Pública e fabulações cosmopolíticas: etnografia e possibilidades simbiopoéticas de cuidar/fazer o mundo.

Coordenador(es):

José Miguel Nieto Olivar (USP - Universidade de São Paulo)

Maria Paula Prates (UFCSPA - Fundação Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre)

Colocamos em discussão três sistemas de produção de conhecimentos: a antropologia, a saúde pública e as cosmopolíticas. Trata-se de sistemas não equivalentes com relações não simétricas. Assumimos como ponto de vista a antropologia, principalmente de base etnográfica. Olhamos para a saúde pública como um campo fundamental de ação política e de gestão de novas e antigas formas de governo. Entendemos o marco cosmopolítico como um conjunto analítico e proposicional contemporâneo de extrema relevância para pensar “o mundo” nos seus limites e multiplicidades, em relação com formas possíveis de produção de conhecimento. Nos perguntamos: O que a antropologia brasileira contemporânea, objeto múltiplo e em franca transformação, tem a dizer sobre as relações possíveis entre antropologia e saúde pública no marco do conjunto de transformações e desastres que tem sido compreendidas como “fim do mundo”, Antropoceno, entre outros? Como a saúde pública pode se ver afetada no atravessamento de perspectivas antropológicas e etnográficas no marco do Fim do Mundo? Quais as possibilidades de uma antropologia da saúde, com sua tradição de corpos, curas, perturbações, saberes e emoções, no marco das propostas em curso sobre intervenções cosmopolíticas e intrusões de Gaia? Como alimentar etnograficamente os processos de cuidado, resistência, intervenção, intromissão e (re)feitura d/nos fins do(s) mundo(s), enquanto abre-se a possibilidade de reinvenção da antropologia?

Sobre enforcamentos, envenenamentos e afogamentos: O fenômeno do ?suicídio? entre pessoas hupd?äh no Alto Rio Negro

Autoria: Rafaela Waddington Achatz (USP - Universidade de São Paulo)

Os Hupd?äh são um povo indígena que vive na região do Alto Rio Negro, às margens de igarapés no interflúvio do Tiquié e do Papuri, rios afluentes da margem esquerda do rio Uaupés. Desde os anos 2000, têm sido notificados casos de suicídio de jovens no Alto Rio Negro, entre indígenas das diversas etnias. As mortes têm ocorrido tanto na sede do município de São Gabriel da Cachoeira, quanto nas comunidades em que as pessoas frequentam a cidade em algum período do ano. O maior índice vem sendo registrado entre jovens hupd?äh. Os principais métodos utilizados são o enforcamento e a ingestão de timbó. Além disso, há inúmeros casos de pessoas alcoolizadas que morrem afogadas, que não são notificados como suicídio, mas deixam margem para ambiguidades. Nos últimos anos, o índice de suicídios no DSEI Alto Rio Negro tem aumentado exponencialmente. Buscando aproximar-me tanto quanto possível das diversas lógicas e sentidos que são levados em conta pelos Hupd?äh e pelos profissionais do DSEI em suas interpretações e experiências destas mortes, pergunto-me se a noção de suicídio é uma boa tradução para classificar estas mortes. A compreensão dos enforcamentos, afogamentos e as mortes por ingestão do veneno de timbó ou gasolina como suicídios, a saber, como mortes intencionalmente autoinfligidas, parece-me insuficiente no contexto do Alto Rio Negro, dado que, geralmente, os indígenas ali compreendem estas mortes como resultados de ataques xamânicos: sopro, estrago ou feitiço. É interessante notar que as explicações de feitiço não se contrapõem necessariamente às explicações que atribuem as mortes a motivações pessoais, conflitos interpessoais e questões sociais. Essas explicações parecem ser diferentes facetas de uma intrincada rede



cosmopolítica (Stengers 2011). Assim, as compreensões de que os suicídios são reverberações de violências coloniais se entrelaçam às compreensões de que os suicídios são resultados de ataques xamânicos. Tendo isso em vista, buscarei trazer algumas considerações sobre as conversas que tive com colegas psicanalistas em São Paulo, que compreenderam o fenômeno ora lastreando-se na noção de paranoia ora reduzindo as etiologias e propedêuticas hupd?äh a metáforas ou crenças dotadas de eficácia simbólica. Penso que explicitar os equívocos implicados nessas compreensões e levar nossos interlocutores a sério coloca uma série de impasses e nos deixa numa posição de incerteza que pode ser boa para pensar em propostas clínicas que estejam em maior consonância com as realidades locais, contribuindo para uma maior complementariedade na atenção básica diferenciada.

[Trabalho completo](#)



Sobre a 32 RBA

Em 2020, a Reunião Brasileira de Antropologia vai ocorrer de modo remoto entre os dias 30 de outubro e 06 de novembro. O evento é realização da Associação Brasileira de Antropologia e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), palco de muitas histórias de luta pela afirmação do caráter público e socialmente comprometido do conhecimento que produzimos. Estarão em discussão, na 32ª RBA, não apenas os diversos temas que constituem o verdadeiro tesouro investigativo que a antropologia brasileira forjou ao longo de várias décadas, mas também as graves questões colocadas pelo inquietante contexto social e político atual. Nele, vislumbram-se inúmeros desafios a direitos consagrados pela Constituição Brasileira e a valores éticos centrais à atuação das e dos antropólogos, especialmente o respeito às diferenças sociais, culturais e políticas, baseadas em etnia, raça, religião, classe, gênero, sexualidade, origem regional, nacionalidade, capacidades corporais etc. Hoje, mais que em qualquer outro momento histórico, os saberes antropológicos são veementemente instados a aprofundar a análise dos muitos problemas nacionais, entre os quais, a crescente desigualdade social, a real vulnerabilidade de grupos e populações e os elevados índices de violência no campo e nas cidades. Que a 32ª RBA possa trazer contribuição relevante ao país e à comunidade antropológica brasileira, em seu contínuo e árduo trabalho de refinar saberes insubmissos a todas as forças e poderes que ameacem a diversidade humana e naturalizem as desigualdades sociais.

Realização:



Apoio:



Organização: